

Projecto-Resolução n.º 865/XV/1ª

Regularização das Carreiras dos Funcionários dos Centros Culturais Portugueses do
Camões I.P.

Exposição de motivos

Os funcionários dos Centros Culturais do Camões, I.P. escreveram no passado dia 25 de Agosto do corrente ano de 2023 uma carta dirigida à Presidente do referido Instituto, Professora Doutora Ana Paula Lopes Fernandes, pedindo a regularização das suas carreiras.

Referem na carta em questão que “a recusa da publicação da Portaria de regulamentação das Tabelas Salariais desde 2009, é claramente um acto negligente, se não, de desconsideração pelos mais vulneráveis.”, referindo ainda que em 2021 o Estatuto dos Funcionários das CCP’s já estava negociado, aprovado e em Acta, faltando até hoje a sua publicação em Diário da República.

Segundo o que é revelado na mesma carta, os funcionários dos Serviços Periféricos Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixadas e Consulados, entraram em 2000 para o quadro de pessoal externo do referido Ministério, tendo os trabalhadores dos CCP’s sido preteridos injusta e incompreensivelmente até aos dias de hoje, consistindo este facto num acto discriminatório potencialmente inconstitucional.

Esta situação leva estes funcionários a um nível de degradação nas suas vidas que não é compatível com as boas práticas que se pretendem ver na função pública portuguesa.

Referem ainda os funcionários dos Centros Culturais do Camões, I.P., na mesma carta a que tivemos acesso, que o pagamento com retroactividade a 2016 das correcções cambiais não foi efectuado. A isto acresce que a assistência médica e medicamentosa destes funcionários, em especial os que estão colocados nos países da CPLP não consta do Contrato de Trabalho, apesar de o Decreto-Lei N.º 165-B de 2009, no seu Capítulo III, Art.º 17, alínea 4) dispor que “ Nos países onde não haja ou não seja possível o acesso a

um sistema de saúde, o IC, I. P., comparticipa as despesas de saúde dos trabalhadores, nos termos constantes de regulamento interno.” Sendo evidentemente uma situação insustentável e que merece a atenção da Assembleia da República.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

- 1 – Publique em Diário da República o Estatuto dos Funcionários das CCP's;
- 2 – Seja feita a actualização salarial dos funcionários dos Centros Culturais do Camões, I.P., bem como sejam pagas com retroactividade a 2016 as correcções cambiais devidas;
- 3- Seja dada a devida assistência médica e medicamentosa aos funcionários dos Centros Culturais do Camões, I.P., em todos os países em que não haja ou não seja possível um o acesso a um sistema de saúde digno e seguro;
- 4- Sejam os funcionários portugueses dos Centros Culturais do Camões, I.P., inscritos no sistema de saúde ADSE;
- 5 – Seja actualizado o subsídio de refeição aos funcionários acima referidos.

Palácio de São Bento, 6 de setembro de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa